

MERCADO DE PRODUTOS

1 - ARROZ

Em maio houve redução na oferta do arroz agulhinha em casca e ligeira recuperação dos preços. No Rio Grande do Sul, o preço médio do mês foi de US\$7,90, 3% superior ao praticado em abril e praticamente igual ao praticado em maio de 1992. Essa recuperação foi considerada insignificante pelos produtores que continuaram mobilizados reivindicando facilidades na renegociação da dívida e medidas de proteção da produção nacional contra as importações.

Os preços do arroz de sequeiro nas várias regiões produtoras apresentaram valorização significativa. No Maranhão, por exemplo, a saca de 60 kg foi comercializada ao preço médio de US\$9,30, 18% superior ao praticado no mês anterior e 43% superior ao praticado em maio de 1992. A redução da safra teve, portanto, seu efeito negativo na receita dos produtores corrigida pela elevação do preço.

No mercado internacional tem-se observado forte redução nos preços. A tonelada do arroz de 1ª caiu de US\$330,0/t FOB Bangcoc em maio de 1992 para US\$250,0/t em maio deste ano. Para o mês de junho, o custo do arroz importado posto em nossos portos está no nível do preço mínimo, no caso do arroz americano em casca, e abaixo do preço mínimo no caso do arroz asiático de pior qualidade.

Não é de se esperar elevação significativa do preço do produto, pois os importadores estão atentos e entrarão em ação quando as margens se tornarem compensadoras. O que pode mudar um pouco esse quadro é o estabelecimento de tarifas compensatórias, caso se consiga provar que o produto importado é subsidiado na origem.

Os preços no varejo na cidade de São Paulo mantiveram o mesmo nível real dos praticados em abril. No atacado houve variações reais de 5% para o arroz em fardo de 30 kg. e de 1% para o embalado em sacos de 60 kg. O arroz amarelão continua ausente nesta praça.

Sonia Santana Martins

2 - CAFÉ

Com a suspensão das Cláusulas Econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC) em julho de 1989, os preços do café no mercado internacional despencaram de US\$1,20/US\$1,40 por libra peso para níveis extremamente baixos, tendo atingido menos de 50 cents.

Essa situação tem deixado os países produtores em dificuldades econômicas, sobretudo aqueles que tem no café a sua principal fonte de receitas cambiais. Várias reuniões foram realizadas visando encontrar um consenso entre países produtores e consumidores, sem, contudo, chegar a qualquer resultado positivo, sendo que o último encontro ocorreu no período de 22 a 31 de março deste ano em Londres. Na verdade, o que se observou foi um completo desinteresse dos países consumidores na reintrodução das cláusulas econômicas, contrariando, assim, as expectativas de que as questões de política internacional que ligam os produtores da América (com exceção do Brasil) aos Estados Unidos e os produtores da África e Ásia aos países consumidores da Europa pudessem reverter o clima de pessimismo que pairava em todos os encontros realizados. O que se tem notado é a prevalência até o momento das questões econômicas sobre os interesses políticos dos países envolvidos no acordo. De fato, foram enormes os ganhos dos países importadores com essa conjuntura internacional do café, pois, embora a matéria-prima tivesse reduzido seus preços aos níveis já mencionados (de US\$1,20/1,40 para 50 cents por libra peso), os mesmos permaneceram praticamente inalterados em nível de consumidor final. Há estimativas de que os ganhos extras dos importadores em função dessa conjuntura tenham alcançado valores superiores a US\$10 bilhões. Na realidade, os produtores encontram-se, atualmente, completamente a mercê dos países importadores, que manipulam os preços do produto conforme os seus interesses de curto prazo, ignorando o impacto negativo que essa atitude impõe ao setor de produção. Os elevados estoques em poder dos consumidores, estimados, em maio, em 19 milhões de sacas, quando o normal seria

em torno de 10 milhões, têm aumentado o poder de barganha dos importadores nas rodadas de negociação.

Dado o fracasso nas tentativas de reintrodução das cláusulas econômicas, os principais países produtores vêm se articulando para formar uma frente comum, objetivando elevar as cotações internacionais. A Colômbia é o país que mais tem se movimentado nesse sentido, tendo inclusive elevado seus preços de registro com aquela finalidade. É bom lembrar que a Colômbia até recentemente subsidiava seus produtores de café, de modo que os mesmos não chegaram a ser tão afetados pelos baixos preços em vigor no comércio mundial, como ocorreu com os produtores do Brasil. Entretanto, tudo indica que já estão se exaurindo os recursos financeiros que esse país dispunha para dar suporte aos preços do produto, razão por que numa atitude de quase desespero, procure uma saída via mercado.

Os preços internos do café, após um pequeno período de alta no final de 1992, quando chegaram a atingir até US\$90 por saca, voltaram a cair, oscilando entre US\$50 e US\$60, em contraposição aos custos que, a grosso modo, podem ser estimulados, na média, em mais de US\$80 por saca, embora haja um pequeno número de produtores que, em função da alta produtividade das suas lavouras, conseguem produzir a menos de US\$50/saca.

Em abril, o preço médio em nível de produtor no Estado de São Paulo ficou em torno de Cr\$1.460.000,00 (US\$51), valor apenas 3,0% superior, em termos nominais, ao preço de março (Cr\$1.420.000,00). O último levantamento, realizado em fevereiro de 1993 em São Paulo pelo Instituto de Economia Agrícola, estima uma safra da ordem de 3.420 mil sacas, 10% superior ao volume obtido na safra passada, que foi de 3.107 mil sacas. Em nível de Brasil, a produção esperada para 1993, estimada entre 22 e 24 milhões de sacas (19/20 milhões em 1992), é insuficiente, em princípio, para atender às necessidades de exportação e consumo internos. No entanto, a despeito dessa situação, não se pode esperar uma elevação dos preços a curto prazo, já que no plano externo o Brasil pode ser substituído por outros países produtores de café e, internamente, se dispõe de elevados estoques do produto em mãos

do Governo Federal.

Luíz Moricochi

3 - FEIJÃO

O mercado de feijão cariocinha manteve-se firme em maio, quando a evolução dos preços acompanhou a inflação em todos os níveis de comercialização.

Em função do atraso no plantio da safra de feijão da seca e da estiagem verificada no período de 24 de março a 13 de maio, a oferta de produto de boa qualidade foi bastante reduzida, ajustando-se, porém, às necessidades de consumo. Conseqüentemente, o produtor paulista conseguiu obter o preço médio de Cr\$1.640.000,00/sc. 60 kg de feijão cariocinha, 29,1% acima dos Cr\$1.270.000,00/sc. obtidos em abril, mantendo, assim, o ágio de 130% sobre o Preço Mínimo de Garantia do Governo.

Aproveitando mais esse momento de preços elevados, alguns produtores conseguiram encontrar cerealistas dispostos a liquidar contratos mais recentes de Empréstimo do Governo Federal (EGF). Em São José do Rio Preto, um lote de 600 sc. 60 kg de feijão cariocinha foi liquidado por cerealista em 25 de maio por Cr\$1.113.000,00/sc., produto "egefado" em 01/03/93, sem destinar qualquer ágio ao produtor. Em Itararé, o feijão "egefado" em junho de 1992 (safra da seca 1992) apresentava em 18/05/93 o custo de remissão de Cr\$1.300.000,00/sc. 60 kg, fato que dificultará em muito a liquidação do contrato, uma vez que feijão com esse período de armazenagem apresenta elevado grau de depreciação econômica.

Em nível de atacado, o preço médio do feijão cariocinha tipo 1 foi de Cr\$1.980.000,00/sc. 60 kg em maio, indicando reajuste de 30,3% em relação ao mês anterior, enquanto que o feijão preto tipo 1 apresentou o preço médio de Cr\$1.370.000,00/sc. com reajuste de 26,9%. Em relação às variedades jalo, rajado e rosinha, mesmo com o pequeno volume de oferta verificado em maio, as variações de preços superaram em apenas 8,8%, 15,0% e 17,4%, respectivamente, os preços médios de abril, indicando forte retração na demanda e no consumo devido às elevadas cotações anteriores.

O mercado varejista manteve-se bem abastecido em maio, com produto da região de Sorocaba, de Curitiba (SC), Itumbiara e Goiânia (GO), Castro (PR) e Barreiras (BA). O feijão carioca em pacote foi comercializado ao preço médio de Cr\$43.000,00/kg, ou seja, 28% superior à média de abril (Cr\$33.580,00/kg).

Em junho, as características do mercado de feijão deverão ser idênticas as de maio, com fluxo constante de produto, e oferta compatível com o nível de consumo. Com a atual dinâmica e liberdade de comercialização, o consumidor consegue encontrar feijão carioca (ou similares como EMGOPA e IAPAR) a preços que variam de Cr\$38.000,00 a Cr\$55.000,00/kg, dependendo da qualidade, local de venda ou momento da oferta (promoções).

Luiz Carlos Miranda

4 - MILHO

De acordo com o mais recente levantamento de previsão da safra 1992/93 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realizado em abril, a produção brasileira de milho (primeira e segunda safras) deverá ser de 29,3 milhões de toneladas, 4,9% menor que a da temporada anterior. A safra principal (primeira safra) é estimada em 27,2 milhões de toneladas, 7,4% menor que a precedente. A área plantada sofreu redução de 12,3%. A produção da safrinha (segunda safra), plantada em alguns estados da Região Centro-Sul, é estimada em 2,1 milhões de toneladas, com crescimento de 45,2% em relação ao ano anterior. A área plantada cresceu 55,4%.

De acordo com a CONAB, a safra principal no Paraná deve atingir 6,5 milhões de toneladas (-2,0% em relação à safra do ano passado), no Rio Grande do Sul, 4,4 milhões de toneladas (-17,0%) e em São Paulo, 3,0 milhões de toneladas (-12,15%). A Região Centro-Sul, como um todo, deve produzir 25,7 milhões de toneladas (-6,3%). A safrinha deve crescer substancialmente em função do crescimento da área no Paraná (+50,0%) e em São Paulo (+31,0%) que, em conjunto, representam 83% da produção brasileira neste plantio. As produções paranaense e paulista são estimadas em, respectiva-

mente, 954,0 mil de toneladas (+46,9% em relação ao ano anterior) e 782,8 mil toneladas (+31,0%).

A colheita da safra principal está praticamente concluída no Centro-Sul, com estimativa de obtenção de produtividades superiores neste ano, relativamente ao ano passado, em quase toda a região. Por outro lado, o desenvolvimento vegetativo da safrinha até fins de maio foi muito desigual entre as regiões produtoras, em função da época de plantio. Ainda há lavouras com alto risco de frustração, dada a necessidade de chuvas no atual estágio de desenvolvimento da lavoura ("embonecamento" e enchimento de grãos) a ser atingido em junho.

O mercado interno, que vinha se enfraquecendo desde dezembro, com queda sazonal de preços ao produtor, apresentou reversão de tendência em abril, quando a evolução das cotações superou a inflação mensal, e apresentou-se calmo em maio, com preços acompanhando os índices inflacionários. O preço médio recebido pelo produtor paulista em maio foi de cerca de Cr\$245.000,00 por saca de 60 kg, que é 21,7% superior ao preço mínimo de garantia corrigido para o mês (Cr\$201.249,60) e válido para os estados da Região Centro-Sul e a região Bahia-Sul. Dada a perspectiva de bons preços na próxima entressafra (segundo semestre deste ano), os produtores que financiaram o custeio com crédito rural estão convertendo seus débitos em Empréstimo do Governo Federal (EGF), de acordo com a sistemática em vigor.

O quadro atual de suprimento interno de milho, revisto pela CONAB em abril, revela uma situação pouco confortável na presente temporada, com superávit de apenas 10,6%, contra 20,5% no ano passado. Prevê-se um consumo interno de 30,0 milhões de toneladas, 5,3% maior que o do ano passado e um estoque final para a presente temporada (fins de fevereiro de 1994) de 3,2 milhões de toneladas, 7,4% menor que o anterior.

Alfredo Tsunehiro

5 - SOJA

Segundo fontes oficiais, o volume comercializado da soja brasileira até o início de junho atingiu cerca de 64% da safra, estimada em 22,1

milhões de toneladas. Isso representa um volume de cerca de 2% inferior ao comercializado no mesmo período do ano passado. Na atual safra, os produtores estão retendo mais o produto, pois estão mais capitalizados e além disso estão se valendo da transformação automática do crédito de custeio em crédito de comercialização, portanto, está mais fácil aguardar os melhores momentos para a desova do produto. Também as indústrias, sem estoque, exerceram pressão de compra no período normalmente mais crítico do ano - maio - , favorecendo a elevação dos preços internos e, conseqüentemente, a melhor remuneração do produtor.

Dessa forma, e tendo em vista o volume comercializado antecipadamente, da ordem de 27% a 30% do total no início da colheita, restam pouco mais de 35% do grão por comercializar.

Acredita-se que, a exemplo do que já vem ocorrendo no Paraná, o produtor deverá continuar retendo o produto o máximo possível, dado que assim poderá aproveitar os picos de preços que certamente virão, já que o mercado internacional deverá apresentar um comportamento oscilante em função do clima nos Estados Unidos nos próximos três meses.

Em São Paulo, o produtor recebeu em maio, em média, cerca de Cr\$357.063,60/sc., 5,7% superior em termos reais ao obtido em abril, porém, 23,7% e 12,7% inferior aos de seis meses e um ano atrás.

Marina Brasil Rocha

6 - TOMATE PARA INDÚSTRIA

A área cultivada com tomate para indústria no Estado de São Paulo, segundo estimativa de abril do IEA-CATI, é de 5.300 hectares, acusando, portanto, uma queda da ordem de 26,9% quando comparado aos 7.250 hectares cultivados em 1992. A produção estimada em 202 mil toneladas implica em uma diminuição de 29,6% em relação a 1992. Contudo, ainda pode haver alteração nessa estimativa, uma vez que os plantios serão realizados até junho.

As lavouras apresentam-se, até o momento, em condições fitossanitárias satisfatórias. Algumas

regiões já estão iniciando a colheita, que se estenderá até meados de outubro.

Na reunião do Comitê de Agroindústria, realizado em fevereiro, indústrias e produtores não chegaram a um acordo quanto ao preço. Com isso, cada produtor está negociando diretamente com as indústrias. Os preços do tomate rasteiro, na média, estão sendo negociados a US\$60,00 "FOB-roça", com o pagamento sendo realizado semanalmente.

Paulo Augusto Sacomani Nuevo

7 - TRIGO

A produção brasileira de trigo, que no período de 1986 a 1989 oscilou entre 5,5 e 6,1 milhões de toneladas, de 1990 a 1992 variou entre 3,3 e 2,7. As estimativas para o ano de 1993 são de 2,6 milhões de toneladas.

Considerando os mesmos períodos, as importações cresceram de 1,9 milhão para 3,8 milhões de toneladas médias anuais e neste ano devem ultrapassar os 4 milhões de toneladas.

O Estado de São Paulo, embora com uma pequena participação na produção nacional ao redor de 5%, e que já produziu 363,6 mil toneladas em 1989, em 1993 não deverá ultrapassar o volume de 70 mil toneladas.

Ainda restam por comercializar cerca de 40% da safra paulista de 1992, que encontram-se em posse de cooperativas ou em EGFs. As dificuldades de comercialização e a expectativa dos produtores em obter maiores ganhos com o milho safrinha levaram a uma diminuição da área que era de 71,8 mil em 1992 para 43 mil hectares no corrente.

As dificuldades de comercialização são um reflexo da competição, com o trigo importado, principalmente da Argentina.

No momento, mesmo com os preços altos do produto argentino, de US\$138 por tonelada FOB - Baía Blanca, não está dando para competir, pois esse trigo está sendo colocado nos moinhos paulistas a US\$175/tonelada contra US\$170/tonelada do produto nacional, considerado de pior qualidade pela indústria moageira.

O trigo americano está cotado a US\$123 - FOB Golfo e chega a US\$175 CIF - moinho, e

poderá começar a entrar no País com o fim do trigo argentino.

As propostas de taxação do produto importado esbarram nas legislações do MERCOSUL. Os impostos vigentes para importação de trigo no Brasil são de 1,6% para o produto argentino e 5% para os de outras origens. Poderá ser definida uma taxa comum aos países do MERCOSUL para produtos de outras origens.

Em nível estadual, o diferimento do ICMS do trigo (Decreto 36.777, publicado no D.O. de 18/05/93), além da redução da base de cálculo de farinha e massas para 61,11%, são medidas que estão sendo bem vistas pelo setor tritícola paulista, que agora tem melhores condições de competição com o produto de outros Estados, notadamente do Paraná.

Ana Victória Vieira Martins Monteiro

8 - LEITE

O mercado de leite em São Paulo manteve-se aquecido em maio. Segundo dados do IEA/CATI, os preços em nível de produtor e de varejo subiram, no período de dezembro a maio, em níveis superiores à inflação, de 241% de acordo com o IGP-M da FGV.

O preço recebido pelo produtor de leite tipo C apresentou aumento real de 21,6% em maio, sendo que o acumulado anual chegou a 40%. Ao consumidor, o preço teve um aumento real de 6% e 22%, respectivamente para os mesmos períodos.

A situação do produtor de leite tipo B é semelhante, pois o preço subiu 19,5% no mês e 35,9% no ano. No varejo os preços também apresentaram aumentos reais de 6,3% em maio e 21% acumulado no ano.

Os diversos segmentos do setor (produtor e indústria) justificam esses aumentos pela elevação dos custos de produção, que teria sido maior do que a inflação. No entanto, os custos reais de produção do leite C e leite B, estimados pela EMBRAPA-CNPGL, cresceram acumulados no ano, 2% e 11%, respectivamente.

Por outro lado, a instabilidade econômica do País, principalmente com o medo de congelamento de preços, fez com que todos os segmentos do

setor majorassem seus preços, embutindo antecipadamente a inflação do mês seguinte. Essa remarcação preventiva é considerada justa pelo setor, devido ao grande prejuízo que os produtores tiveram no ano passado.

Esta tendência de alta nos preços deverá continuar, pois a entressafra está apenas começando e ainda existe a perspectiva da volta do programa do leite para famílias carentes no âmbito do governo federal, o que implicaria em uma demanda adicional de 10% da produção brasileira; este fato associado a maior remuneração do assalariado em maio, está pressionando a demanda.

Inadilza Medeiros da Silva